

***Demonstrações financeiras  
intermediárias***

***ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS***

***30 de junho de 2016  
e relatório de revisão dos auditores independentes***

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 (Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b><u>30.06.2016</u></b>	<b><u>31.12.2015</u></b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.215	22.801
Títulos e valores mobiliários	5	14.669	19.337
Contas a receber de clientes	6	310.769	343.104
Concessionária e permissionária		9.389	1.564
Tributos a recuperar		10.707	11.686
Direito de ressarcimento	7	44.988	25.136
Almoxarifado		7.445	6.099
Serviços em curso		12.255	11.152
Ativos regulatórios	8	106.870	212.888
Despesas pagas antecipadamente		3.518	2.140
Outros		27.107	29.730
		<b><u>567.932</u></b>	<b><u>685.637</u></b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber de clientes	6	207.731	212.089
Tributos a recuperar		4.623	5.019
Cauções e depósitos vinculados	9	45.631	41.845
Ativos regulatórios	8	51.583	38.252
Ativos financeiros	10	796.841	732.843
Outros		564	564
		<b><u>1.106.973</u></b>	<b><u>1.030.612</u></b>
Investimentos		168	168
Imobilizado	11	30.144	31.757
Intangível	12	35.763	54.047
		<b><u>1.173.048</u></b>	<b><u>1.116.584</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>1.740.980</u></b>	<b><u>1.802.221</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 (Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	255.207	239.745
Tributos e contribuições sociais	14	79.657	106.414
Financiamentos e empréstimos	15	350.369	310.110
Obrigações sociais e trabalhistas		18.716	17.267
Obrigações de ressarcimento	16	62.229	77.153
Benefício pós-emprego	17	3.497	6.402
Passivos regulatórios	8	47.149	124.005
Encargos setoriais		22.373	24.103
Outros		23.160	22.571
		<u>862.357</u>	<u>927.770</u>
<b>Não circulante</b>			
Tributos e contribuições sociais	14	91.513	48.492
Financiamentos e empréstimos	15	901.763	864.330
Obrigações de ressarcimento	16	-	2.775
Benefício pós-emprego	17	32.504	32.504
Passivos regulatórios	8	33.733	16.380
Encargos setoriais		27.161	21.434
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	106.510	95.993
Outros		32.920	40.199
		<u>1.226.104</u>	<u>1.122.107</u>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>			
Capital social	19	734.754	726.447
Prejuízos acumulados		(1.039.427)	(931.295)
Outros resultados abrangentes		(42.808)	(42.808)
		<u>(347.481)</u>	<u>(247.656)</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.740.980</u></b>	<b><u>1.802.221</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
<b>Receita operacional Líquida</b>	20	707.706	300.397	658.242	280.361
<b>Custo operacional</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>	21				
Energia elétrica comprada para revenda		(431.470)	(163.237)	(384.867)	(183.589)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(41.571)	(21.619)	(27.323)	(5.952)
		<u>(473.041)</u>	<u>(184.856)</u>	<u>(412.190)</u>	<u>(189.541)</u>
<b>Custo de operação</b>	22				
Pessoal, material e serviços de terceiros		(68.630)	(36.086)	(60.615)	(33.035)
Depreciação e amortização		(14.753)	(7.335)	(13.518)	(6.772)
Outros		(7.830)	(4.435)	(3.152)	(1.800)
		<u>(91.213)</u>	<u>(47.856)</u>	<u>(77.285)</u>	<u>(41.607)</u>
<b>Custo de construção</b>	22	<u>(65.772)</u>	<u>(32.080)</u>	<u>(44.791)</u>	<u>(24.103)</u>
<b>Lucro bruto</b>		77.680	35.605	123.976	25.110
<b>Despesas operacionais</b>	22	<u>(106.984)</u>	<u>(47.922)</u>	<u>(92.637)</u>	<u>(60.964)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) do serviço de energia elétrica</b>		<u>(29.304)</u>	<u>(12.317)</u>	31.339	(35.854)
<b>Resultado financeiro</b>	23	<u>(78.828)</u>	<u>(39.187)</u>	<u>(57.411)</u>	<u>(42.669)</u>
Receitas financeiras		48.680	20.750	35.478	1.160
Despesas financeiras		(127.508)	(59.937)	(92.889)	(43.829)
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<u>(108.132)</u>	<u>(51.504)</u>	<u>(26.072)</u>	<u>(78.523)</u>
Contribuição social sobre lucro líquido	24	-	-	(11.528)	(525)
Imposto de renda	24	-	-	(32.020)	(1.457)
<b>Prejuízo do período</b>		<u>(108.132)</u>	<u>(51.504)</u>	<u>(69.620)</u>	<u>(80.505)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

(Em milhares de reais)

	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
<b>Prejuízo do período</b>	(108.132)	(51.504)	(69.920)	(80.505)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(108.132)</b>	<b>(51.504)</b>	<b>(69.920)</b>	<b>(80.505)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
 (Em milhares de reais)

	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	726.447	(678.710)	(58.812)	(11.075)
Prejuízo do período	-	(69.620)	-	(69.620)
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	726.447	(748.330)	(58.812)	(80.695)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	726.447	(931.295)	(42.808)	(247.656)
Aumento de capital	8.307	-	-	8.307
Prejuízo do período	-	(108.132)	-	(108.132)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	734.754	(1.039.427)	(42.808)	(347.481)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**  
 (Em milhares de reais)

	<u><b>30.06.2016</b></u>	<u><b>30.06.2015</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Caixa gerado nas operações</b>		
Prejuízo do período	(108.132)	(69.620)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	18.232	16.559
Resultado financeiro - AFAC e Empréstimos	82.663	56.892
Resultado financeiro - Tributos e outros passivos	10.098	(2.592)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.415)	8.752
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15.692	2.942
Provisão para perdas em estoque	713	25
Provisão para fornecedores não liquidados	(392.807)	525.889
Valor residual do ativo financeiro - concessões de serviço	1.963	(28)
Valor residual do intangível	(660)	(33)
Outros	1	(2)
	<u>(276.520)</u>	<u>608.404</u>
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	4.668	(18.984)
Clientes	36.767	(69.376)
Tributos e contribuições sociais	1.375	(476)
Direito de ressarcimento	(19.852)	(26.335)
Almoxarifado	(2.059)	(744)
Ativos regulatórios	92.687	(42.534)
Outros créditos	(888)	10.355
Cauções e depósitos vinculados	(8.962)	(4.207)
Fornecedores	408.269	(429.153)
Obrigações de ressarcimento	(17.699)	10.903
Tributos e contribuições sociais	21.725	61.530
Obrigações sociais e trabalhistas	1.449	2.465
Benefício pós-emprego	(2.905)	(2.347)
Encargos setoriais	3.997	(5.639)
Passivos regulatórios	(59.503)	(9.164)
Amortização de parcelamentos fiscais	(5.891)	(5.900)
Amortização de encargos financeiros de financiamentos e	(1.053)	(7.698)
Outros passivos	(2.505)	125
	<u>449.620</u>	<u>(537.179)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u><b>64.968</b></u>	<u><b>1.605</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições do ativo financeiro - concessões de serviço público	(45.608)	(28.367)
Aquisições do intangível	(2.703)	-
Aquisições de imobilizado	(556)	(495)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<u><b>(48.867)</b></u>	<u><b>(28.862)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingressos de financiamentos e empréstimos	3.794	79.974
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(22.481)	(47.102)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u><b>(18.687)</b></u>	<u><b>32.872</b></u>
<b>Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(2.586)</b></u>	<u><b>5.615</b></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	<u>22.801</u>	<u>9.619</u>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do período</b>	<u><b>20.215</b></u>	<u><b>15.234</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL ("Companhia" ou "ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS"), sociedade por ações de economia mista, domiciliada na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol, Maceió/AL, e, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, que detém 100% do seu capital social, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica de capital fechado.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

### **1.1 PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE**

A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 347.481 (R\$ 247.656 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 1.039.427 (R\$ 931.295 em 31 de dezembro de 2015) e passivo circulante excedente ao ativo circulante em R\$ 294.425 (R\$ 242.133 em 31 de dezembro de 2015). Com o término do prazo de concessão de distribuição de energia elétrica ocorrido em 7 de julho de 2016, os acionistas da Companhia decidiram através da 165ª Assembleia Geral Extraordinária de 22 de julho de 2016, que o controle acionário da Companhia seja transferido para outro controlador até 31 de dezembro de 2017, desde que, até aquela data, a Companhia receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos seus serviços públicos, mantendo o seu equilíbrio econômico e financeiro, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pelo controlador. Também ficou deliberado em Assembleia que a Companhia deverá, com a concordância do Poder Concedente, permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seu controle acionário, nos termos da Medida Provisória 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017. Em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento de suas atividades os quais não vêm sendo suportados pelas receitas auferidas.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Dentro das Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem com as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **1.2 CONCESSÕES**

A Companhia opera concessão para distribuição de energia elétrica em todos os 102 municípios do Estado de Alagoas, mediante o Contrato de Concessão nº 07/2001-ANEEL e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de julho de 2005, em 8 de junho de 2010 e 10 de dezembro de 2014, cujas vigências expiraram em 7 de julho de 2015. Ver nota de evento subsequente.

- Distribuição de Energia

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras da Eletrobras cujas concessões venceram em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

O Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das Concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, deliberou a não prorrogação da concessão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL; (denominadas em conjunto “Distribuidoras”).

Ainda na 165ª Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das Distribuidoras de energia subsidiárias da Eletrobras, nos termos da Lei 12.783/2013, com a nova redação dada pela Medida Provisória 735, de 22 de junho de 2016, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a Distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva Distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras e, ainda, foi aprovado que sejam devolvidas, a qualquer tempo, a concessão das Distribuidoras e que sejam adotadas as providências de sua liquidação, nas seguintes hipóteses:

- (i) A transferência de controle acionário não seja realizada até 31 de dezembro de 2017; ou
- (ii) A respectiva Distribuidora deixar de receber diretamente, da União Federal ou através de tarifa, até a sua transferência para o novo controlador, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva Distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras.

A Eletrobras também resolveu que as subsidiárias Distribuidoras que não tiveram suas concessões prorrogadas, deverão, se houver a concordância do Poder Concedente, permanecer como responsáveis pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seus controles acionários, nos termos da Medida Provisória nº 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Durante este período, conforme acima mencionado, as Distribuidoras deverão receber remuneração adequada para a prestação dos serviços de distribuição, sem qualquer aporte de recursos pela Eletrobras holding, nos termos aprovados pela 165ª Assembleia Geral Extraordinária.

O Ministério de Minas e Energia através da Portaria nº 424, de 3 de agosto de 2016 designou a Companhia Energética de Alagoas – CEAL, como responsável pela Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica com vistas a garantir a continuidade dos serviços.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21(R1) – Demonstrações financeiras intermediárias.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias estão a seguir relacionadas:

- Provisão para redução do valor recuperável de ativos;
- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Obrigações atuariais; e
- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 27. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 12 de agosto de 2016.

## 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, com base nas práticas contábeis divulgadas nas notas explicativas anexas às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, portanto devem ser lidas em conjunto.

## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Fundos de caixa	41	30
Recursos em contas bancárias	5.609	8.410
Ordens de pagamento emitidas	43	40
Numerário em trânsito	6.086	3.652
Aplicação financeira	8.436	10.669
	<b>20.215</b>	<b>22.801</b>

Os numerários em trânsito correspondem a recursos de pagamento de clientes efetuados em contas bancárias.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como característica liquidez, rentabilidade diária por meio de investimentos em títulos de renda fixa, pré e pós-fixados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agente financeiro	Referência	Vencimento	Rentabilidade média anual	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Caixa Econômica	Extra mercado	Disponível	14,8653	8.418	10.652
Banco do Brasil S.A.	BB Extra mercado	Disponível	14,7428	18	17
				<b>8.436</b>	<b>10.669</b>

A exposição da aplicação financeira a risco de taxa de juros está divulgada na Nota 27.

## 5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Referência	Vencimento	Rentabilidade média anual	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Banco do Brasil - Garantia de leilão (a)				3.230	3.955
Caixa Econômica -Energia + (b)	Extra mercado	Disponível	14,8653	3.229	2.767
Caixa Econômica LpT (b)	Extra mercado	Disponível	14,8653	5.949	10.481
Caixa Econômica IBM (b)	Extra mercado	Disponível	14,8653	2.261	2.134
				<b>14.669</b>	<b>19.337</b>

- (a) Encontram-se registrados recursos utilizados como garantia em leilão de energia.
- (b) Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do Decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 7.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Ativo circulante	30.06.2016					31.12.2015
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		PCLD	Total	
		Até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>Fornecimento Faturado</b>						
Privado						
Residencial	46.292	55.269	28.680	(28.341)	101.900	117.770
Industrial	17.049	5.032	6.749	(11.898)	16.932	20.486
Comercial	34.761	12.478	11.126	(14.940)	43.425	53.539
Rural	2.463	2.482	3.852	(6.714)	2.083	11.390
	<u>100.565</u>	<u>75.261</u>	<u>50.407</u>	<u>(61.893)</u>	<u>164.340</u>	<u>203.185</u>
Público						
Poder Público						
Federal	1.662	938	747	(692)	2.655	3.710
Estadual	2.217	1.208	1.188	(1.174)	3.439	4.124
Municipal	2.730	3.701	3.874	(3.775)	6.530	7.184
	<u>6.609</u>	<u>5.847</u>	<u>5.809</u>	<u>(5.641)</u>	<u>12.624</u>	<u>15.018</u>
Iluminação Pública	5.351	524	809	(2.141)	4.543	7.273
Serviço Público	5.770	6.245	27.636	(35.104)	4.547	5.467
	<u>17.730</u>	<u>12.616</u>	<u>34.254</u>	<u>(42.886)</u>	<u>21.714</u>	<u>27.758</u>
Fornecimento não faturado	23.014	-	-	(498)	22.516	25.364
Serviço taxado	4.955	-	-	-	4.955	5.162
Parcelamento de débitos (nota 6.1)	70.513	23.672	20.183	(28.964)	85.404	71.631
Energia Livre	3.267	-	-	(3.267)	-	-
Programa de redução do consumo de energia elétrica	3.950	-	-	(3.950)	-	-
Arrecadação em classificação e outros	11.840	-	-	-	11.840	10.004
	<u>235.834</u>	<u>111.549</u>	<u>104.844</u>	<u>(141.458)</u>	<u>310.769</u>	<u>343.104</u>
<b>Ativo não circulante</b>						
Parcelamento de débitos (nota 6.1)	265.563	-	-	(57.832)	207.731	212.089
	<u>265.563</u>			<u>(57.832)</u>	<u>207.731</u>	<u>212.089</u>

### 6.1 CRÉDITOS RENEGOCIADOS

Referem-se a valores consolidados de parcelamentos de débitos de contas de energia vencidas, cobrados nas faturas de energia. Inclui acréscimos moratórios a valor presente.

	30.06.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Residencial	31.350	11.926	23.392	7.630
Industrial	28.075	43.551	26.848	45.210
Comercial	26.867	4.787	24.361	3.997
Rural	3.265	1.746	1.982	1.741
Poder público	22.631	54.541	20.862	57.676
Iluminação pública	627	6.287	702	6.495
Serviço público (a)	1.553	142.725	1.435	148.462
	<u>114.368</u>	<u>265.563</u>	<u>99.582</u>	<u>271.211</u>
(-) PCLD	<u>(28.964)</u>	<u>(57.832)</u>	<u>(27.951)</u>	<u>(59.122)</u>
	<b><u>85.404</u></b>	<b><u>207.731</u></b>	<b><u>71.631</u></b>	<b><u>212.089</u></b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Na classe Serviço Público um parcelamento firmado com a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas – CASAL de nº 006/2008 de 28 de dezembro de 2008 com 240 parcelas, encontra-se adimplente em 30 de junho de 2016.

## 6.2 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A composição dos saldos bem como a movimentação no período da provisão para créditos de liquidação duvidosa para consumidores, concessionárias e permissionárias, e outros créditos estão demonstrados a seguir:

	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Saldo no início do período	(269.174)	(333.673)
Provisões constituídas	(40.144)	(1.424)
Baixa de títulos considerados incobráveis	52.559	65.923
Saldo no fim do período	<u>(256.759)</u>	<u>(269.174)</u>
<b>Circulante</b>	<u>(161.590)</u>	<u>(173.745)</u>
Consumidores	(141.458)	(155.397)
Concessionários e permissionários	(11.894)	(12.018)
Outros créditos	(8.238)	(6.330)
<b>Não circulante</b>	<u>(95.169)</u>	<u>(95.429)</u>
Consumidores	(57.832)	(59.122)
Outros créditos	(33.080)	(32.050)
Outros	(4.257)	(4.257)
	<b><u>(256.759)</u></b>	<b><u>(269.174)</u></b>

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da Administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e a situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

## 7 DIREITO DE RESSARCIMENTO

		<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Subvenção baixa renda	(a)	26.822	9.783
Repasse CDE descontos tarifários	(b)	18.166	15.120
Repasse conta centralizadora		-	233
		<u>44.988</u>	<u>25.136</u>

- (a) Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003, o Programa de Tarifa Social. Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras. O saldo refere-se aos meses de dezembro de 2015 a junho de 2016.
- (b) O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, determinou que os recursos da CDE fossem destinados as distribuidoras para neutralizar a exposição no mercado de curto prazo. O montante mensal dos recursos é homologado pela ANEEL e repassados pela Eletrobras, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da CCEE. O saldo líquido refere-se aos meses de janeiro a junho de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 09 de setembro de 2015 o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – 8ª vara civil de Brasília, através do Processo 2015.00.2.021181-8 ação ordinária, deferiu a compensação dos valores a serem repassados pela Eletrobras a título de descontos tarifários com os valores a serem repassados a Eletrobras para custeio da CDE para o período de 01.06.2015 a 27.08.2015. Foi feito encontro de contas no valor de R\$ 17.207.

## 8 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

### 8.1 RECONHECIMENTO DOS VALORES A RECEBER E OBRIGAÇÕES DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

Circulante – Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2015 (Resolução Homologatória nº 1.984, de 10 de novembro de 2015);

Não Circulante – Representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (agosto de 2016).

## 9 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Cauções de depósitos vinculados - CCEE (a)		6.427	7.006
Depósitos vinculados a litígios (b)		39.204	34.839
		<b>45.631</b>	<b>41.845</b>

- (a) Refere-se a depósito efetuado como garantia financeira a disposição do CCEE, para garantir o pagamento da energia elétrica do mercado de curto prazo. O referido depósito tem por objetivo liquidar a energia consumida no mês anterior e garantir o pagamento do mês subsequente, por isso, a permanência de saldo na conta; Em função da mudança nas regras de liquidação da CCEE, os depósitos de garantia estão sendo realizados no mês da liquidação, que antes era de dois meses;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (b) Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios de processos da justiça do trabalho e da Justiça Civil. Registra também saldo relativo a multas ANEEL – depósitos para garantir a realização de recursos judiciais sobre os autos de infração lavrados pela ANEEL (autos de infrações nºs 03/2012 de 13.11.2012 e 1001/2013 de 10.05.2013) por entender que a Companhia descumpriu as resoluções vigentes. A variação nesta rubrica é decorrente de atualização monetária.

Os valores apresentados são atualizados monetariamente às taxas aplicáveis aos processos a que se referem.

## **10 ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO**

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº07/2001, de 15 de julho de 2001, celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo utilizou como base a metodologia do valor novo de reposição.

O cálculo do valor novo de reposição levou em consideração os bens do ativo financeiro em serviço, passivos de remuneração com data base em 30 de junho de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em serviço			Em curso			Total
	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 1º.01.2015	701.406	(243.833)	457.573	307.071	(94.911)	212.160	669.733
Adições				114.391	(17.735)	96.656	96.656
Valor novo de reposição	25.843	-	25.843	-	-	-	25.843
Reclassificação (*)	(77.004)	25.056	(51.948)	(6.245)	713	(5.532)	(57.480)
Transferências	85.217	(2.472)	82.745	(85.217)	2.472	(82.745)	-
Baixas	(2.031)	122	(1.909)	-	-	-	(1.909)
Saldo em 31.12.2015	733.431	(221.127)	512.304	330.000	(109.461)	220.539	732.843
Adições				69.675	(18.309)	51.366	51.366
Valor novo de reposição	9.011	-	9.011	-	-	-	9.011
Reclassificação (*)	781	(122)	659	5.757	(831)	4.926	5.585
Transferências	30.798	(7.040)	23.758	(30.798)	7.040	(23.758)	-
Baixas	(1.964)	-	(1.964)	-	-	-	(1.964)
Saldo em 30.06.2016	<b>772.057</b>	<b>(228.289)</b>	<b>543.768</b>	<b>374.634</b>	<b>(121.561)</b>	<b>253.073</b>	<b>796.841</b>

(\*) As reclassificações entre os grupos financeiro, intangível e imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

## 11 IMOBILIZADO

	30.06.2016			
	Valor histórico	Depreciação	Valor líquido	31.12.2015
<b>Em serviço</b>				
Intangível	15.189	(9.650)	5.539	7.057
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.754	(5.761)	993	1.106
Máquinas e equipamentos	13.435	(9.272)	4.163	4.852
Veículos	8.034	(6.726)	1.308	1.686
Móveis e utensílios	8.398	(5.783)	2.615	2.723
Terrenos	527	-	527	527
	52.337	(37.192)	15.145	17.951
<b>Em curso</b>				
Intangível	9.925	-	9.925	9.461
Edificações	342	-	342	374
Máquinas e equipamentos	4.719	-	4.719	3.958
Veículos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	13	-	13	13
	14.999	-	14.999	13.806
	<b>67.336</b>	<b>(37.192)</b>	<b>30.144</b>	<b>31.757</b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Em serviço</b>	<b>(-) Depreciação acumulada</b>	<b>Em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	47.988	(29.357)	5.067	23.698
Adições	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	6.405	6.405
Baixa	(452)	450	-	(2)
Transferência	4.772	-	(4.772)	-
Depreciação	-	(5.450)	-	(5.450)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>52.308</b>	<b>(34.357)</b>	<b>13.806</b>	<b>31.757</b>
Adições	-	-	557	557
Reclassificação	-	-	665	665
Baixa	-	-	-	-
Transferência	28	-	(28)	-
Depreciação	-	(2.835)	-	(2.835)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>52.336</b>	<b>(37.192)</b>	<b>15.000</b>	<b>30.144</b>

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. As principais taxas anuais por atividade são:

<b>Comercialização/Administração</b>	<b>Taxa anual de depreciação (%)</b>
Edificações	3,33
Veículos	14,29
Equipamentos de informática	16,67

## 12 INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos intangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível – Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	<b>Em serviço</b>		<b>Obrigações Especiais</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>			
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	514.523	(470.931)	(12.942)	30.650	44.955
Em Curso					
Direito de uso da concessão	5.975	-	(862)	5.113	9.092
	<b>520.498</b>	<b>(470.931)</b>	<b>(13.804)</b>	<b>35.763</b>	<b>54.047</b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Reclassificação (*)</b>	<b>Transferências</b>	<b>(-) Amortização</b>	<b>30.06.2016</b>
<b>Em serviço</b>							
Ativo Intangível	513.901		(218)	(700)	1.540		514.523
Amortização acumulada	(449.991)		878			(21.817)	(470.930)
Obrigações especiais	(96.922)			122	(530)		(97.330)
Amortização das obrigações especiais	77.967					6.420	84.387
	<b>44.955</b>	<b>-</b>	<b>660</b>	<b>(578)</b>	<b>1.010</b>	<b>(15.397)</b>	<b>30.650</b>
<b>Em curso</b>							
Ativo Intangível	10.351	3.668		(6.503)	(1.540)		5.976
Obrigações especiais	(1.259)	(964)		830	530		(863)
	<b>9.092</b>	<b>2.704</b>	<b>-</b>	<b>(5.673)</b>	<b>(1.010)</b>	<b>-</b>	<b>5.113</b>
	<b>54.047</b>	<b>2.704</b>	<b>660</b>	<b>(6.251)</b>	<b>-</b>	<b>(15.397)</b>	<b>35.763</b>

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceito pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O prazo final da concessão expirou em 7 de julho de 2015, todo o intangível vinculado à concessão deveria ter sido reclassificado para o ativo financeiro, porém, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF esclareceu que mesmo com o término dos prazos contratuais, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que prevê no art. 42, §2º, "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses", assim a Companhia procedeu a rebifurcação dos saldos intangíveis da concessão de acordo com este prazo.

### **Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da união, dos estados, dos municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13 FORNECEDORES

	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2016</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão	4.845	4.251
Fornecedores de energia elétrica (a)	180.570	118.955
Energia livre (b)	4.185	4.008
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (c)	17.813	41.482
Materiais e serviços (d)	47.794	71.049
	<b>255.207</b>	<b>239.745</b>

(a) Correspondem a obrigações com fornecedores de energia adquiridas em contratos de leilões.

(b) Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada denominada energia livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais.

O saldo remanescente é decorrente do Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela ABRADDEE com pedido de liminar – Processo nº 437399120104013400/DF. Em 28 de setembro de 2010 foi deferido à antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida. Em 24 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região o agravo de instrumento nº 0013100712011401000/DF. Em 11 de janeiro de 2012 foi indeferido pelo Tribunal Federal Regional da 1ª Região o pedido de antecipação da tutela recursal. Em 17 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Federal Regional da 1ª Região o seguimento do agravo de instrumento.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
CCEE	2.800	2.682
Cemig	1.385	1.326
	<b>4.185</b>	<b>4.008</b>

(c) CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
CCEE curto prazo	5.114	34.154
CCEE energia de reserva	1.634	
CCEE- Contrato de garantia física	8.962	5.634
CCEE - Cotas partes Angra I e II	2.103	1.694
	<b>17.813</b>	<b>41.482</b>

- **Curto prazo** - refere-se a créditos da comercialização de energia à curto prazo na CCEE, informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.
- **Contrato de garantia física**- Conforme legislação os empreendimentos de geração hidrelétrica alcançadas pela mesma, terão alocada por meio de cotas, a totalidade de sua garantia física às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, e receberão remuneração por tarifa regulada pela ANEEL. A Liquidação financeira centralizada é feita pela CCEE, considerando o rateio entre as concessionárias de geração. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.410, de 24 de janeiro de 2013, estabeleceu as cotas partes para o ano de 2014 e na Resolução Normativa nº 631, de 25 de novembro de 2014 estabeleceu as cotas para o ano de 2015. O saldo refere-se à fatura de junho de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Cotas partes Angra I e II** – Referem-se à energia comercializada com as concessionárias de distribuição de energia elétrica adquirentes das cotas partes da produção disponibilizada para o Brasil. As concessionárias de distribuição que atuam no Sistema Interligado Nacional – SIN estão obrigadas a adquirir a energia elétrica gerada por Angra I e Angra II, conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2013 a 2018. O saldo refere-se à fatura de junho de 2016.

(d) Corresponde às obrigações com fornecedores de materiais e prestadores de serviços contratados, de modo a realizar operações e manutenções do sistema de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão. A Companhia encontra-se inadimplente com a maioria dos fornecedores em junho de 2016.

#### 14 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	30.06.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	30.870	-	33.542	-
ISS	1.185	-	1.079	-
INSS e outras contribuições sociais	1.775	-	6.162	-
FGTS	525	-	840	-
PASEP	1.236	-	5.105	-
COFINS	5.715	-	23.878	-
Retenções	17.108	-	18.988	-
IRPJ sobre empréstimos	269	-	542	-
Diferimento PIS/PASEP	(a) 114	7.594	620	6.488
Diferimento COFINS	(a) 527	35.225	-	30.071
ICMS parcelamento	(b) 7.348	48.694	12.824	1.069
Parcelamento ordinário	(c) 12.985	-	2.834	10.864
	<b>79.657</b>	<b>91.513</b>	<b>106.414</b>	<b>48.492</b>

(a) Os saldos de diferimento PIS/COFINS compreendem os seguintes fatores:

- Constituição de CVA e Receita de Construção

Diferimento da receita de CVA e receita de construção de acordo com o Parecer nº 26 da Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Secretaria da Receita Federal, cuja provisão não é o fato gerador da obrigação tributária, uma que não é receita auferida decorrente do fornecimento de energia elétrica ao consumidor.

- Art. 69 da Lei 12.473/14 – Tributação Revogação RTT

O regime de tributação da Companhia é pela sistemática do Lucro Real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer e estabelece provisões quando apropriado. A variação no período decorre de parcelamento do PIS e COFINS.

As provisões do PIS e COFINS diferido, que correspondem às diferenças entre PIS/COFINS calculado sobre o montante das receitas auferidas por competência e as excluídas que serão tributadas a medida do efeito recebimento. A variação decorre da receita apurada no período.

Em 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para fins de IRPJ e CSLL. Essa base também reflete as adições previstas no Ar. 69 da Lei 12.973/2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Parcelamento do ICMS do mês de novembro de 2014, com as seguintes características: pagamento em 24 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento, a partir da segunda, no último dia útil de cada mês; acrescidas aos juros, mensalmente, montante referente à aplicação da taxa SELIC.
- (c) Reparcèlemento do parcelamento ordinário e parcelamento dos débitos de PIS/COFINS das competências de outubro de 2015 a janeiro de 2016 no valor total de R\$ 65.123. O débito foi parcelado em 60(sessenta) vezes iguais e consecutivas com vencimento no último dia útil do mês. O valor de cada parcela para pagamento será acrescido juros equivalentes à taxa SELIC acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior do pagamento e juros de 1% ao mês.

## 15 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:

### 15.1 COMPOSIÇÃO

		30.06.2016			31.12.2015		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>							
Empresas do grupo							
Eletrobras	(1)	343.096	895.318	1.238.414	302.938	856.905	1.159.843
Instituições financeiras							
CEF	(2)	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
IBM do Brasil		2.273	4.919	7.192	2.172	5.569	7.741
		<u>7.273</u>	<u>4.919</u>	<u>12.192</u>	<u>7.172</u>	<u>5.569</u>	<u>12.741</u>
		<b>350.369</b>	<b>900.237</b>	<b>1.250.606</b>	<b>310.110</b>	<b>862.474</b>	<b>1.172.584</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
Instituições financeiras							
Lloyds Bank	(2)	-	1.526	1.526	-	1.856	1.856
		-	1.526	1.526	-	1.856	1.856
<b>Total geral</b>		<b>350.369</b>	<b>901.763</b>	<b>1.252.132</b>	<b>310.110</b>	<b>864.330</b>	<b>1.174.440</b>

### 15.2 DETALHAMENTO DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

- (a) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Estes empréstimos foram originados de recursos do FINEL e RGR, dado como garantia a Receita própria e notas promissórias, e são liquidados no dia 30 de cada mês. Esses empréstimos foram destinados a obras diversas: subtransmissão, iluminação pública, Implantação do sistema comercial, distribuição, Programa Luz para Todos, combate a perdas, recuperação do sistema elétrica, Projeto Energia +; bem como para capital de giro, devolução do programa luz para todos, liquidação de faturas da CCEE, pagamento das rescisões do Plano de Desligamento Incentivado e liquidação de parte do serviço da dívida em RO, com taxas de juros SELIC + spread bancário de 0,5% com vencimentos variados.

O Conselho de Administração, através das DELs nº 089/2016 de 30.05.2016, deliberou pela suspensão da exigibilidade do principal dos financiamentos do período de 01.01.2016 a 31.07.2016, com incorporação dos juros e mantendo as demais condições contratuais.

- (b) Instituições financeiras

- **Caixa Econômica Federal**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida, com encargos financeiros de CDI/OVER, sem vencimento pré-determinado.

- **Banco do Brasil**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro, sob a forma de conta garantida, atualizado pelo CDI/OVER, sem vencimento pré-determinado.

- **Banco IBM S/A**

Contrato de abertura de linha de crédito fixo com a finalidade exclusiva de disponibilização de recursos para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e/ou aquisição de programas de software relacionados a produtos de tecnologia da informação e/ou aquisição de serviços relativos a produtos de tecnologia da informação. Com taxas de juros mensais de CDI + 0,18%.

- **Lloyd Bank**

Refere-se a financiamento de médio e longo prazo sob amparo da Lei nº 4.131/1962 para reestruturação da dívida em moeda estrangeira, junto a Secretaria do Tesouro Nacional. Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 119 e de R\$ 167 (em 31.12.2015 R\$ 131 e R\$ 184), respectivamente, contabilizados em outros ativos realizáveis em longo prazo.

(c) Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador

	30.06.2016			31.12.2015		
	Variação no período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional						
FINEL	1,16	1.938	0,15	0,51	2.329	0,20
RGR		84.360	6,74		105.510	8,98
SELIC/RO	0,00	1.152.117	92,01	21,46	1.052.004	89,57
Outros		12.191	0,97		12.741	1,08
		<u>1.250.606</u>	<u>99,88</u>		<u>1.172.584</u>	<u>99,84</u>
Moeda estrangeira						
Dólar	(8,86)	1.526	0,12	47,01	1.856	0,16
		<u>1.252.132</u>	<u>100,00</u>		<u>1.174.440</u>	<u>100,00</u>

(d) Vencimento das parcelas não circulante dos financiamentos e empréstimos

	30.06.2016			31.12.2015
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2017	230.093	-	230.093	217.481
2018	182.509	-	182.509	182.449
2019	159.308	-	159.308	152.941
2020	116.915	-	116.915	107.842
2021	104.640	-	104.640	107.386
Após 2021	106.772	1.526	108.298	96.231
	<u>900.237</u>	<u>1.526</u>	<u>901.763</u>	<u>864.330</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Mutações dos financiamentos e empréstimos

	30.06.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo no início do exercício	310.110	864.330	239.850	718.482
Ingressos	-	18.563	20.000	146.664
Encargos	5.370	74.683	29.365	111.856
Varição monetária	91	2.519	207	7.144
Transferências	58.332	(58.332)	119.816	(119.816)
Amortizações	(23.534)	-	(99.128)	-
	<b>350.369</b>	<b>901.763</b>	<b>310.110</b>	<b>864.330</b>

### 15.3 VARIAÇÕES

Neste período houve um aumento de 6,62%, passando de R\$ 1.174.440 para R\$ 1.252.132, decorrente da repactuação do serviço da dívida da Eletrobras; e de novas liberações da Eletrobras para o Programa Energia +.

### 15.4 CLÁUSULAS CONTRATUAIS RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2016 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

### 16 OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

		30.06.2016		31.12.2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(a)	34.029	-	38.374	-
Devolução de recursos CDE - LPT	(b)				
ECFs 196/2007 - 4ª tranche		3.491	-	3.234	-
ECFs 242/2008 - 5ª tranche		5.382	-	5.017	-
ECFs 3163/2015 - 3ª tranche		4.952	-	7.749	704
ECFs 3185/2015- 6ª tranche		14.375	-	22.779	2.071
		<b>28.200</b>	<b>-</b>	<b>38.779</b>	<b>2.775</b>
		<b>62.229</b>	<b>-</b>	<b>77.153</b>	<b>2.775</b>

(a) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP

Tributo que incide sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelos Municípios, no âmbito do seu território, instituído pelo Art. 149-A da Constituição Federal. Estas contribuições são cobradas nas contas de energia e quando arrecadadas são repassadas às Prefeituras Municipais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Devolução de recursos CDE – PLpT

Refere-se a valores recebidos e não utilizados no Programa Luz para Todos, cuja devolução é feita através de confissão de dívida entre a Companhia e a Eletrobras. Os valores apresentados estão corrigidos pela taxa SELIC.

Para a devolução dos valores das 3ª e 4ª tranches foram celebrados os seguintes empréstimos:

- ECF 3163/2014 – saldo dos valores de repasse das Contas de CDE- ECF 250/2009 - Programa Luz para Todos 6º Tranche a restituir a Eletrobras em 12 parcelas com vencimento a partir do término da carência (4 meses) com juros calculados pela taxa SELIC *pro rata temporis* sobre o saldo devedor; e
- ECF 3185/2014 - saldo dos valores de repasse das Contas de CDE- ECF 171/2007 - Programa Luz para Todos 3º Tranche a restituir a Eletrobras em 12 parcelas com vencimento a partir do término da carência (4 meses) com juros calculados pela taxa SELIC *pro rata temporis* sobre o saldo devedor.

**17 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

		30.06.2016		31.12.2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Avaliação atuarial CVM 600	(a)	716	32.504	1.623	32.504
Contribuição suplementar da patrocinadora	(b)	2.781	-	4.779	-
		3.497	32.504	6.402	32.504

(a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da empresa, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

(b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda.

**Termos de compromissos (Dívidas contratadas)**

A Companhia, em razão de insuficiência de cobertura das obrigações decorrentes de direitos relativos ao tempo de serviço já completado pelos beneficiários até a data deste balanço, subscreveu, com a entidade de previdência privada administradora do programa, um Contrato de Dívidas cujos saldos devedores na data de 30/06/2016 e 31/12/2015 eram respectivamente R\$ 2.781 e R\$ 4.779.

Essa dívida está sendo amortizada em 100 parcelas, a partir de setembro de 2008, sendo compensada com os resultados atuariais do programa a cada ano.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das prováveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

### 18.1 RISCOS PROVISIONADOS

		<b>Probabilidade de perda provável</b>	
		<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Trabalhistas	(a)	27.563	26.386
Cíveis	(b)	35.240	27.119
Tributárias	(c)	43.707	42.488
		<b>106.510</b>	<b>95.993</b>

#### (a) Trabalhistas

Nesse agrupamento, a Companhia figura nos processos basicamente na qualidade de Ré, vez que geralmente o que se discute na Justiça do Trabalho diversas ações movidas contra a Companhia por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salariais, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

#### **PLANO BRESSER**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão está confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base. A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R\$ 5.387 em 30 de junho de 2016 (R\$ 5.281 em 31.12.2015).

#### (b) Cíveis

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à Companhia no polo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a Companhia figura no polo passivo da relação processual.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Tributárias

O montante provisionado a título de causas tributárias corresponde essencialmente a:

**ICMS Baixa Renda**

Apesar da demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

Auto de Infração nº 99.78026-002

A SEFAZ notificou a Companhia para a falta de recolhimento do ICMS da subclasse baixa renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo arguida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2007. Defesa apresentada em 29.07.2007. A 2ª Câmara do Conselho acolheu a preliminar de decadência referente ao período de janeiro a junho/2003, conforme Acórdão nº P-289/2011 de 01.12.2011.

Interpusemos recurso especial Administrativo junto a SEFAZ, porém o resultado do julgamento foi mantido, não existindo mais qualquer recurso administrativo.

Diante da situação apresentada, ajuizamos ação anulatória de lançamento fiscal com pedido de antecipação de tutela, que tomou o número 0703653-52.2011.8.02.0001 e tramita na 17ª Vara Cível de Maceió - AL. A antecipação de tutela foi negada, decisão contra a qual interpusemos recurso de agravo de instrumento.

Agravo de instrumento nº 2012.001209-5 de 23/08/2012, determinando suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Em 1º de agosto de 2014, foi publicada a sentença de 1º grau que julgou a ação anulatória de Débito Fiscal nº 0703653-52.2011.8.02.0001, dando ganho de causa a CEAL. Aguardando trânsito em julgado da sentença judicial.

**18.2 RISCOS NÃO PROVISIONADOS**

A Companhia tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída:

	<b><u>Probabilidade de perda possível</u></b>	
	<b><u>30.06.2016</u></b>	<b><u>31.12.2015</u></b>
Trabalhistas	71.437	66.678
Cíveis	238.581	182.268
Tributárias	1.236	1.210
	<b><u>311.254</u></b>	<b><u>250.156</u></b>

**Imposto sobre transmissão causa mortis e doação**

Imposto cobrado pela Secretaria Executiva da Fazenda quando do recebimento de bens, a título de doações, feitas por consumidores.

- Auto de Infração nº 062052, lavrado em 22/11/2004, referente aos meses de janeiro, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1998, resultando no Processo nº 1500.33881/2004. Como não existe previsão legal para os exercícios de 1999 a 2003, conforme Decisão nº 15.723/08, conclui-se que o mesmo se aplica ao exercício de 1998, portanto, este foi considerado como improcedente. Foi obtida Decisão Administrativa nº 18.617/12, concluindo-se pela extinção do crédito tributário em face da decadência. Atualmente, o processo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

está aguardando julgamento do Conselho de Contribuintes, sendo o valor atualizado até 30 de junho de 2016 de R\$ 819.

- Auto de Infração nº 062057, lavrado em 22/11/2004, referente ao período de fevereiro a dezembro de 1999; janeiro, março, abril, junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2000; exercício de 2001; de fevereiro a dezembro de 2003; janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro de 2004, que resultou no processo nº 1500.34028/2004. Através da defesa apresentada em 17/12/2004, o auto foi considerado parcialmente procedente por falta de previsão legal de alíquota para os exercícios de 1999 a 2003, sendo considerado apenas o ano de 2004. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de contribuinte em 17/10/2008. A Companhia efetuou depósito em juízo em 02/07/2010. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em razão do depósito judicial realizado. O processo está pendente de prolação de sentença, sendo o valor atualizado do depósito em 30 de junho de 2016 de R\$ 417.

#### **Auto de Infração nº 9.3828-01 – ICMS sobre perdas comerciais**

Auto lavrado em 5 de maio de 2005, expedido pela Secretaria Executiva da Fazenda Estadual, no valor de R\$ 139.254. Defesa apresentada em 06/06/2005, pelo Escritório de Advocacia Spencer Advogados Associados. Julgado totalmente procedente em 18 de julho de 2006. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de Contribuintes. Em 15/02/2011 foi julgado procedente em parte (excluindo a multa). Foram protocolados junto à SEFAZ os processos de nºs. 1500.014896/2010 – 30/06/2010 – Arguindo erro material de decadência (janeiro a abril/2000), 1500.0010900/2011 – 04/04/2011 – Embargos de Declaração, tentando modificar o acórdão – sobre omissão de documentos no furto de energia e 1500.012077/2011 – 13/04/2011 – Ajuizamento de Recurso Especial da petição inicial. Em 18/09/2013, a empresa recebeu a notificação nº 535/2013, informando que o gabinete do Secretário da Fazenda manteve a decisão do Acórdão nº P-109 do CTE, julgando o Auto de Infração procedente em parte. Foi ajuizado ação, e no dia 21/11/2013, foi expedida liminar concedendo antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O valor atualizado em 30 de junho de 2016 é R\$ 343.767.

#### **Processo 0722129.70.2017.8.02.001-Danos morais**

Trata-se de Ação Coletiva de Consumo proposta pelo Instituto Sal da Terra objetivando a condenação da Companhia Energética de Alagoas – CEAL em danos morais individuais no valor equivalente a R\$ 10 (dez mil reais) para cada um dos 30.000 (trinta mil) consumidores afetados pelo envio de uma carta do SERASA informando que os mesmos teriam seus nomes negativados.

O problema ocorreu em razão de ato do SERASA, que gerou, sem a autorização ou solicitação da CEAL, as referidas cartas aos consumidores que, na maioria, já haviam realizado o pagamento das faturas de energia. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 300.000.

A classificação foi realizada de forma bastante conservadora, vez que existem várias linhas de defesas postas na contestação que induzem a uma futura improcedência da ação, sendo uma delas a ilegitimidade passiva da Companhia pelo fato de que não foi dela a iniciativa ou autorização do envio das cartas informando a possível negativação dos nomes dos consumidores. O processo encontra-se aguardando despacho do juiz.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18.3 MUTAÇÕES DAS PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do período	95.993	88.710
Constituição	22.800	11.136
Pagamento/reversão	(12.283)	(3.853)
	<u><b>106.510</b></u>	<u><b>95.993</b></u>

### 18.4 QUANTIDADE DE PROCESSOS JUDICIAIS EM ANDAMENTO (INFORMAÇÃO NÃO REVISADA):

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Juizados especiais	3.283	2.938
Justiça do trabalho	1.763	1.994
Justiça estadual	2.849	2.709
Justiça federal	50	56
Outros	13	14
	<u><b>7.958</b></u>	<u><b>7.711</b></u>

## 19 PATRIMONIO LÍQUIDO

### (a) CAPITAL SOCIAL

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim apresentada:

	<u>Ações Ordinárias</u>		<u>Ações Preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>(*) Quantidade</u>	<u>Part. (%)</u>	<u>(*) Quantidade</u>	<u>Part. (%)</u>	<u>(*) Quantidade</u>	<u>Part. (%)</u>
Eletrobras	677.858.321	100,00	11.666.063	100,00	689.524.384	100,00

\*Quantidades em milhares de ações

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

### (b) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos beneficiários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores*		MWh*		Valor			
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2015 a 30.06.2015	01.04.2015 a 30.06.2015
<b>Fornecimento e suprimento</b>								
Residencial	999.603	950.722	664.525	703.208	380.117	181.100	370.510	184.039
Industrial	2.592	2.555	268.921	272.758	98.200	48.547	93.206	46.147
Comercial	63.347	60.068	370.735	383.265	215.703	104.891	203.013	99.900
Rural	12.311	11.926	83.247	91.294	23.889	8.263	23.568	9.053
Poder público	8.621	8.771	81.857	83.132	40.593	20.479	38.337	20.298
Iluminação pública	202	205	105.988	99.851	33.706	17.864	29.003	14.422
Serviço público	1.293	1.227	101.611	96.358	34.234	17.174	30.510	15.458
Consumo próprio	115	101	1.650	1.621				
	1.088.084	1.035.575	1.678.534	1.731.487	826.442	398.318	788.147	389.317
<b>Receita pela disponibilidade da rede</b>								
Encargos de uso da rede					7.740	3.653	7.125	3.456
Energia de curto prazo					108.584	16.138	13.036	13.036
Bandeiras tarifárias					36.031	979	97.147	68.907
Residencial					15.218	636	39.247	28.577
Industrial					4.829	31	14.276	9.185
Comercial					9.026	206	24.766	18.126
Poder público					1.557	18	4.260	2.759
Iluminação pública					1.580	27	4.391	3.052
Serviço Público					1.955	-	5.518	4.034
Rural					1.866	61	4.689	3.174
Fornecimento não faturado - OCPC 08					(17.789)	(10.725)	38.615	(3.547)
					961.008	408.363	944.070	471.169
<b>Outras receitas</b>								
Tarifa social de baixa renda					23.258	11.625	25.451	12.412
Receita de construção					65.772	32.079	44.791	24.103
Subvenção CDE - modicidade tarifária					18.166	9.083	15.064	7.670
Outros					19.024	3.081	10.107	5.205
					126.220	55.868	95.413	49.390
<b>Total da receita operacional</b>					<b>1.087.228</b>	<b>464.231</b>	<b>1.039.483</b>	<b>520.559</b>
<b>(-) Deduções</b>								
Tributos e contribuições sobre a receita								
ICMS sobre venda de energia elétrica					(180.824)	(82.803)	(179.027)	(92.268)
COFINS					(75.389)	(33.782)	(76.455)	(44.803)
PASEP					(16.362)	(7.342)	(16.599)	(9.728)
ISS					(144)	(71)	(126)	(126)
					(272.719)	(123.998)	(272.207)	(146.925)
Encargos do consumidor								
Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR					(4)	(2)	(4)	(2)
Encargos do consumidor - PEE					(3.121)	(1.237)	(3.076)	(1.290)
Encargos do consumidor - CDE					(73.603)	(36.639)	(30.165)	(21.382)
Encargos do consumidor - P&D					(3.118)	(1.234)	(3.076)	(1.286)
Outros encargos					(26.957)	(724)	(72.713)	(69.313)
					(106.803)	(39.836)	(109.034)	(93.273)
<b>Total das deduções</b>					<b>(379.522)</b>	<b>(163.834)</b>	<b>(381.241)</b>	<b>(240.198)</b>
<b>Total da receita operacional líquida</b>					<b>707.706</b>	<b>300.397</b>	<b>658.242</b>	<b>280.361</b>

(\*) Informação não revisada.

A Companhia apresentou em 2016 uma ROL de R\$ 707.706, representando um acréscimo de 7,51% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 658.242), os fatores que mais contribuíram com este aumento foram:

(a) Evolução do número de consumidores (não revisado)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O mercado cativo de energia apresentou um aumento de 2,22% em relação ao mesmo período do exercício anterior, passando de 1.032.636 para 1.055.571, que representa um incremento de 22.935 novas unidades consumidoras.

Destaca-se o crescimento da classe serviço público devido a instalação da nova adutora para abastecimento de água do Rio São Francisco; Houve uma redução das classes de iluminação pública e industrial.

(b) Energia vendida em MWh (não revisado)

O volume total de energia vendida no mercado cativo foi de 872.817 MWh, apresentando um decréscimo de 0,34% em relação ao mesmo período de 2015 (875.822 MWh).

(c) Receita não faturada – OCPC 08

Refere-se ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica, conforme Orientação Técnica OCPC 08. Para este registro o contrato de Concessão nº 007/2001 foi aditado em 10 de dezembro de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 4.621, de 25 de novembro de 2014.

(d) Perdas elétricas no sistema (não revisado)

As perdas elétricas totais (técnicas + não técnicas) no sistema de distribuição da Companhia passaram de 24,24% para 26,23%. Um dos fatores que contribuíram para o aumento foi o atraso das obras no Sistema Elétrico de alta e média tensão devido à ausência de recursos para a realização de investimentos. Outro fator foi a ausência do esforço de fiscalização e regularização para regional metropolitana devido a restrições de caixa.

(e) Reajustes tarifários

- Revisão tarifária extraordinária 2015 – para manter o equilíbrio econômico financeiro a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, com vigência a partir de 2 de março a 27 de agosto de 2015, reajustou em média 4,66% as tarifas, sendo 6,8% relativos aos custos com encargos, e - 2,17% relativos aos custos com energia. Fixando também as Tarifas de Energia e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).
- Reajuste tarifário 2015 – Através da Resolução Homologatória nº 1.984, de 10 de novembro de 2015 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL homologou o Reajuste Tarifário de 22,61%, sendo 13,48% relativos aos componentes econômicos, e 9,13% relativos aos componentes financeiros, o que levou a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 6,48%, a partir de 19 de novembro de 2015 conforme Despacho ANEEL nº 7.747 de 19 de novembro de 2015. Fixando também as Tarifas de Energia e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) (Em 2014 Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014, com vigência a partir de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o Reajuste Tarifário de 32,36%).

(f) Receita e custo de construção

O ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Procedimentos Técnicos CPC 17 – Contrato de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (ii) toda receita de construção está relacionada com a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os saldos de receita e custo de construção correspondem a R\$ 65.772 em 2016 (2015 – R\$ 44.791), respectivamente.

(g) Tarifa social de consumidores de baixa renda

A Resolução Normativa nº 472, de 24 de janeiro de 2012, estabelece que as concessionárias de distribuição, desde a realização das respectivas revisões periódicas do 2º Ciclo, o custeio da aplicação da TSEE é misto, sendo parte com recursos da CDE e parte com recursos provenientes das tarifas dos consumidores da própria área de concessão, mediante a consideração, no processo tarifário de cada concessionária, de componente financeiro específico denominado “Previsão Subsídio Baixa Renda”, cujo valor é revertido no processo tarifário subsequente e substituído pelo montante definitivo do subsídio apurado a partir dos dados validados pela ANEEL no período de referência.

Conforme Art. 13, a DMR das concessionárias de distribuição referente ao período de dezembro de 2011 até o mês anterior ao respectivo reajuste ou revisão tarifária de 2012, deve ser custeada com recursos da CDE em relação ao valor que exceder 1% (um por cento) da receita econômica da concessionária, além dos descontos concedidos às famílias indígenas e quilombolas a que se refere o § 2o do art. 5o.

A redução é decorrente do descadastramento dos consumidores por não atenderem as exigências da rubrica Subsídio de Baixa Renda, passando portanto o faturamento dessa classe para receita de fornecimento. A partir de abril de 2016 foi iniciado o novo recadastramento anual.

(h) Subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

Conforme Art. 13, inciso VII da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a ANEEL homologou os valores a serem repassados com recursos CDE pela Eletrobras, para cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários, retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da revisão extraordinária: subsídio irrigantes/aquicultor, subsídio rural, subsídio água, esgoto e saneamento, subsídio geração fonte incentivada, e subsídio carga fonte incentivada.

Os valores homologados foram:

	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.20165 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014 (valor mensal de R\$ 2.418) - período agosto de 2014 a fevereiro de 2015.	-	-	4.836	-
Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015 (valor mensal de R\$ 2.557) - período março a julho de 2015.	18.166	9.083	10.228	7.670
	<b>18.166</b>	<b>9.083</b>	<b>15.064</b>	<b>7.670</b>

(i) Outras receitas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>01.01.2016</b>	<b>01.04.2016</b>	<b>01.01.2015</b>	<b>01.04.2015</b>
	<b>a</b>	<b>a</b>	<b>a</b>	<b>a</b>
	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>	<b>30.06.2015</b>
Renda da prestação de serviços	51	31	57	26
Arrendamentos e alugueis	2.807	1.315	2.564	1.290
Serviço taxado	4.670	2.261	4.161	2.118
Cobranças diversas - consumidores	421	191	458	251
Taxa de administração	1.989	1.433	1.842	1.397
VNR	9.010	9.010		
Outras	76	(11.160)	1.025	123
	<b>19.024</b>	<b>3.081</b>	<b>10.107</b>	<b>5.205</b>

A variação na rubrica outras receitas é decorrente da recuperação de energia proveniente de operações realizadas pela Companhia em fevereiro para fiscalização e aplicação de multas em locais que utilizavam-se de meios ilícitos para obter energia elétrica.

(j) Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia tiveram uma novidade: o sistema de bandeiras tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos – e indicam o seguinte: Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo; Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos; Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 foi cobrada bandeira tarifária vermelha, em março: amarela; e a partir de abril: verde.

(k) Energia de curto prazo (sobrecontratação)

A empresa está sobrecontratada em 109,4% acima do limite regulatório (105%) devido à recessão econômica, o que levou a disponibilização de energia no mercado de curto prazo. Alternativas de equalização estão sendo discutidas no âmbito da ABRADDEE: reconhecimento da sobrecontratação involuntária das migrações ao mercado livre e a possibilidade de rescisão de contratos em negociação bilateral (já houve um início de negociações com a Norte Energia, responsável pela Belo Monte).

## 20.1 ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD média.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

### 21.1 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	<b>01.01.2016 a</b> <b>30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a</b> <b>30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a</b> <b>30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a</b> <b>30.06.2015</b>
Partes relacionadas	(101.538)	(65.650)	(83.858)	(41.020)
CCEE Curto prazo	(99.047)	(4.069)	(196.594)	(119.239)
CCEE - Cotas de garantia física	(53.221)	(26.888)	(22.527)	(11.295)
CCEE - Cotas partes Angra I e II	(12.615)	(6.307)	(10.797)	(5.403)
CCEE - Contratação energia de reserva	(11.267)	(4.684)	-	-
Proinfa	(13.348)	(7.171)	(9.687)	(4.843)
Terceiros	(166.428)	(63.400)	(210.858)	(43.935)
(-) Repasse CDE/ACR	-	-	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS	25.994	14.932	23.991	14.028
(-) Reembolso bandeira tarifária	-	-	66.866	-
(-) Repasse conta centralizadora	-	-	58.597	28.118
	<b>(431.470)</b>	<b>(163.237)</b>	<b>(384.867)</b>	<b>(183.589)</b>

A rubrica Repasse bandeiras tarifárias até novembro de 2015 era contabilizado como redutora da compra de energia e a partir de dezembro passou a ser contabilizada na receita operacional.

A redução de 18,28% em relação ao mesmo período de 2015 decorre essencialmente da:

- Energia contratada da Usina Belo Monte não se realizou;
- CCEE reduziu a energia contratada dos agentes vendedores que não aportaram a garantia financeira para contabilização no mercado de curto prazo;
- Pela diminuição dos custos de aquisição com térmicas; e
- Aumento dos custos com quota de garantia física devido a renovação da concessão das usinas de quota com um preço de tarifa de compra maior.

### 21.2 ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

	<b>01.01.2016 a</b> <b>30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a</b> <b>30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a</b> <b>30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a</b> <b>30.06.2015</b>
Partes relacionadas	(11.133)	(5.402)	(10.397)	(5.173)
Terceiros	(10.588)	(5.670)	(12.346)	(8.559)
Encargo Serviço do Sistema- ESS	(21.546)	(11.492)	(17.198)	(6.615)
(-) Cobertura bandeira tarifária	-	-	5.848	8.301
(-) Reembolso conta centralizadora	-	-	5.124	5.124
(-) Crédito PIS/COFINS	1.696	945	1.646	970
	<b>(41.571)</b>	<b>(21.619)</b>	<b>(27.323)</b>	<b>(5.952)</b>

Aumento nos custos com Energia de Reserva (2015 não houve pagamento). O valor do encargo é divulgado pela CCEE, de acordo com a necessidade de recursos para cobrir as despesas do fundo CONER. Como o PLD está baixo, a tendência é que haverá aporte até o final do ano. Esse fato vem gerando uma CVA positiva no componente ESS/EER.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22 CUSTO DE OPERAÇÃO, CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	01.01.2016 A 30.06.2016			
	Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	Total
Pessoal	(49.705)	-	(21.979)	(71.684)
Administradores	-	-	(256)	(256)
Material	(567)	-	(201)	(768)
Serviço de terceiros	(18.358)	-	(22.024)	(40.382)
Custo de construção	-	(65.772)	-	(65.772)
Taxa de fiscalização	-	-	(671)	(671)
Depreciação e amortização	(14.753)	-	(1.853)	(16.606)
Arrendamentos e alugueis	(1.888)	-	(271)	(2.159)
Seguros	-	-	(261)	(261)
Tributos	(1.087)	-	(578)	(1.665)
Doações	-	-	(84)	(84)
(-) Recuperação de despesas	760	-	-	760
Provisões líquidas	-	-	(3.990)	(3.990)
Perdas de contas incobráveis	-	-	(52.559)	(52.559)
Outros	(5.615)	-	(2.257)	(7.872)
<b>Total</b>	<b>(91.213)</b>	<b>(65.772)</b>	<b>(106.984)</b>	<b>(263.969)</b>

Descrição	01.04.2016 A 30.04.2016			
	Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	Total
Pessoal	(23.963)	-	(11.019)	(34.982)
Administradores	-	-	(136)	(136)
Material	(331)	-	(156)	(487)
Serviço de terceiros	(11.792)	-	(10.552)	(22.344)
Custo de construção	-	(32.080)	-	(32.080)
Taxa de fiscalização	-	-	(336)	(336)
Depreciação e amortização	(7.337)	-	(926)	(8.263)
Arrendamentos e alugueis	(1.097)	-	(143)	(1.240)
Seguros	-	-	(253)	(253)
Tributos	(481)	-	(116)	(597)
Doações	-	-	(26)	(26)
(-) Recuperação de despesas	357	-	-	357
Provisões líquidas	-	-	1.351	1.351
Perdas de contas incobráveis	-	-	(24.849)	(24.849)
Outros	(3.212)	-	(761)	(3.973)
<b>Total</b>	<b>(47.856)</b>	<b>(32.080)</b>	<b>(47.922)</b>	<b>(127.858)</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	01.01.2015 A 30.06.2015			Total
	Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	
Pessoal	(45.670)	-	(20.062)	(65.732)
Administradores	0	-	(267)	(267)
Material	(479)	-	(126)	(605)
Serviço de terceiros	(14.466)	-	(24.750)	(39.216)
Custo de construção	-	(44.791)	-	(44.791)
Taxa de fiscalização	-	-	(708)	(708)
Depreciação e amortização	(13.518)	-	(1.607)	(15.125)
Arrendamentos e aluguéis	(1.832)	-	(269)	(2.101)
Seguros	-	-	(410)	(410)
Tributos	(964)	-	(425)	(1.389)
Doações	(3)	-	(91)	(94)
(-) Recuperação de despesas	948	-	-	948
Provisões líquidas	-	-	(11.719)	(11.719)
Perdas de contas incobráveis	-	-	(27.230)	(27.230)
Outros	(1.301)	-	(4.973)	(6.274)
<b>Total</b>	<b>(77.285)</b>	<b>(44.791)</b>	<b>(92.637)</b>	<b>(214.713)</b>

DESCRIÇÃO	01.04.2015 A 30.06.2015			Total
	Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	
Pessoal	(23.356)	-	(10.325)	(33.681)
Administradores	-	-	(141)	(141)
Material	(241)	-	(91)	(332)
Serviço de terceiros	(9.439)	-	(14.290)	(23.729)
Custo de construção	-	(24.103)	-	(24.103)
Taxa de fiscalização	-	-	(354)	(354)
Depreciação e amortização	(6.772)	-	(809)	(7.581)
Arrendamentos e aluguéis	(967)	-	(168)	(1.135)
Seguros	-	-	(408)	(408)
Tributos	(532)	-	(16)	(548)
Doações	-	-	(24)	(24)
(-) Recuperação de despesas	391	-	-	391
Provisões líquidas	-	-	(18.874)	(18.874)
Perdas de contas incobráveis	-	-	(12.710)	(12.710)
Outros	(691)	-	(2.754)	(3.445)
<b>Total</b>	<b>(41.607)</b>	<b>(24.103)</b>	<b>(60.964)</b>	<b>(126.674)</b>

As principais variações correspondem a:

(a) Pessoal

Nesta rubrica houve uma variação de 9,0% decorrente do reajuste de salário através de acordo coletivo em maio de 2015 que reajustou os salários em 8,17% (2014 – 6,28%); da admissão de 76 auxiliares técnicos em cumprimento ao acordo judicial; Aumento dos custos com auxílio alimentação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Serviços de terceiros

O aumento nesta rubrica foi decorrente de gastos com manutenção e conservação do sistema operacional da Companhia decorrente da melhoria contínua no atendimento dos consumidores, e do crescimento da área atendida. Destacam-se:

**Leitura de consumo e entrega de contas** – Reajuste do contrato e aumento do número de eventos pelo crescimento vegetativo;

**Corte e religação** - Reajuste de contrato e contabilização da fatura de dezembro/2015.

**Limpeza de faixa/poda de árvore** – reajuste de contrato e acréscimo de 14% do objeto.

(c) Provisões líquidas

	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
Trabalhistas	(1.177)	(2.099)	(189)	(55)
Cíveis	(8.120)	(273)	(946)	450
Tributária	(1.220)	621	(1.061)	(555)
Ação CEAL x Codevasf x CHESF	(1.030)	(454)	(1.131)	(544)
Outros passivos	(5.888)	(880)	(771)	(770)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	13.445	4.436	(7.621)	(17.400)
	<b>(3.990)</b>	<b>1.351</b>	<b>(11.719)</b>	<b>(18.874)</b>

Nesta rubrica houve um aumento nas provisões trabalhistas e cíveis, decorrente de novos processos e da classificação de alguns processos trabalhistas e cíveis passando de possível para provável de perdas. Destaca-se neste exercício a reversão da PCLD decorrente da adimplência da classe serviço público e da transferência de contas para perdas.

(d) Perdas de contas incobráveis

Perdas de contas a receber incobráveis pela baixa de títulos de acordo com os artigos 9º a 12ª, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e artigos 340 a 345, do Regulamento do Imposto de Renda/1999, que estabelecem que os valores contabilizados como perdas possam ser considerados dedutíveis em substituição à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23 RESULTADO FINANCEIRO

	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
<b>Receitas</b>				
Renda de aplicações financeiras	2.379	1.040	1.144	697
Variação monetária - parcelamento	-	-	2.635	-
Variação monetária - depósito judicial	603	282	360	224
Variação monetária - conta de energia	9.760	4.821	4.513	2.250
Variação monetária - cva	15.286	4.552	13.496	(10.895)
Juros CEAL x CHESF x CODEVASF	1.030	455	1.131	544
Acréscimo moratórios conta de energia	21.172	10.202	10.530	8.196
Juros sobre parcelamentos	-	-	1.522	-
Outras	527	378	147	144
(-) PIS/COFINS	(2.077)	(980)	-	-
	<b>48.680</b>	<b>20.750</b>	<b>35.478</b>	<b>1.160</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas (líq. transferências p/intangível e	(96.499)	(49.942)	(60.370)	(31.166)
Variação monetária - supridores	(9.696)	(4.798)	(3.939)	(1.588)
Variação monetária - financiamentos e empréstimos	(2.849)	(712)	5	-
Variação monetária - taxa de câmbio	330	166	(212)	50
Variação monetária - PEE e P&D	(1.337)	(711)	(1.100)	(733)
Variação monetária - FACEAL	(196)	(60)	(458)	(90)
Juros e taxa de administração - FACEAL	(493)	(743)	(456)	(275)
Juros CEAL x CHESF x CODEVASF	(1.030)	(455)	(1.131)	(544)
Outras despesas financeiras - multas ANEEL/ARSAL	(332)	-	(381)	(191)
Outras despesas financeiras - devolução aos consumidores	-	-	(5.407)	(1.881)
Penalidade CCEE	-	-	(614)	-
Outras despesas financeiras - IOF	(1.780)	(436)	(1.559)	(1.087)
Outras despesas financeiras - multas moratórias	(8.658)	(1.788)	(14.502)	(6.311)
Variação monetária CVA	(3.727)	(618)	(414)	(357)
Outras	(1.241)	160	(2.351)	344
	<b>(127.508)</b>	<b>(59.937)</b>	<b>(92.889)</b>	<b>(43.829)</b>
	<b>(78.828)</b>	<b>(39.187)</b>	<b>(57.411)</b>	<b>(42.669)</b>

O resultado financeiro apresentou variação de R\$ 57.411 para R\$ 78.828, decorrente dos fatores abaixo:

- Receitas financeiras – decréscimo de 18,61% decorrente da atualização monetária sobre a CVA e itens financeiros, que a partir de dezembro de 2014 foi contabilizada no balanço societário, conforme OCPC 08 e pela redução dos juros de parcelamento;
- Despesas financeiras – acréscimo de 37,73%, decorrente do aumento dos encargos de dívidas em virtude da repactuação do serviço da dívida; pelos encargos com novo parcelamento de PIS/COFINS e pela atualização monetária sobre a CVA e itens financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

A Companhia constituiu no período de janeiro a junho de 2015 passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias. Reconheceu-se o Imposto de Renda e Contribuição Social – passivos diferidos, totalizando o valor de R\$ 43.548, conforme demonstrado a seguir:

	IRPJ	CSSL
JANEIRO	19.568	7.045
FEVEREIRO	10.804	3.889
MARÇO	191	69
ABRIL	(3.777)	(1.360)
MAIO	(2.889)	(1.040)
JUNHO	8.123	2.924
	<b>32.020</b>	<b>11.527</b>

A alíquota de impostos definida para se determinar o passivo diferido é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Em 2016, houve uma reversão de status das diferenças temporárias passando a empresa a constituir mais adições que exclusões a apuração de tributos. Considerando a existência de histórico de perdas recentes nos últimos exercícios fiscais e, considerando ainda a baixa probabilidade da existência futura de disponibilidade de lucro tributável, contra os quais os prejuízos fiscais acumulados possam ser compensados, a CEAL optou pelo não reconhecimento de ativos fiscais diferidos sem contudo ter evidências mais concretas das reais possibilidades e probabilidades da existência futura de resultados.

## 25 COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

### 25.1 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

Contratos de Compra de Energia	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
R\$ milhões	752,20	828,48	902,26	881,57	922,48	922,48	922,48
MWh	5.471.166,43	5.813.079,27	6.259.414,44	5.895.912,91	5.879.803,85	5.879.803,85	5.879.803,85

\*Informações não revisadas por nossos auditores.

A Companhia detém contratos de compra de energia. Tais contratos são firmados através da participação em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/ANEEL, no ambiente de contratação regulada - CCEAR, variando de 15 a 30 anos, conforme a modalidade de contratação.

Em 29 de abril de 2016, a Companhia participou do Leilão A-5 para compra de energia elétrica com início do suprimento para janeiro de 2021. Na ocasião foram negociados 8.646 MW médios.

### 25.2 COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

Compromissos com origem de recursos vinculadas a financiamentos e geração de caixa, conforme Decreto nº 8.632 de 30 de dezembro de 2015:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Projeto</b>	<b>2016</b>	<b>Orçado 2016</b>
<b>Total</b>	<b>69.558</b>	<b>296.100</b>
<b>Distribuição</b>	<b>68.261</b>	<b>287.800</b>
Luz para todos	15.587	58.000
Ampliação do sistema de distribuição de e. elétrica	9.465	62.100
Manutenção do sistema de distribuição de e. elétrica	19.172	59.900
Adequação do sistema comercial e distr. De e. elétrica - redução de perdas	24.037	107.800
<b>Outros (Infraestrutura)</b>	<b>1.297</b>	<b>8.300</b>
<b>Geração</b>	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-

## **26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia identificou como partes relacionadas seu acionista, demais entidades vinculadas ao acionista, pessoal chave da Administração e seus familiares conforme definições contidas no CPC 5 (R1).

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição.

(a) Empresas do sistema

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>
<b>ELETOBRAS</b>						
Emprést. e financiamentos - encargos	(1.238.414)	(1.159.843)	(91.608)	(46.056)	(61.381)	(27.616)
Adiantamento para aumento de	-	(8.307)	-	-	-	-
Suprimento de energia	-	-	(13.348)	(6.674)	(9.687)	(4.843)
Devolução LpT	(28.200)	(38.779)	(2.294)	(1.338)	(2.390)	(1.260)
Pessoal cedido a empresa	56	56	-	-	-	-
Pessoal cedido a CEAL	(72)	(32)	(72)	(72)	(50)	(50)
	<b>(1.266.630)</b>	<b>(1.206.905)</b>	<b>(107.322)</b>	<b>(54.140)</b>	<b>(73.508)</b>	<b>(33.769)</b>
<b>CHESF</b>						
Contratos de cotas de garantia física	(1.742)	(1.953)	(11.095)	(5.545)	(13.529)	(6.864)
Encargos de uso do sistema	(1.663)	(1.521)	(8.126)	(3.805)	(7.053)	(3.517)
Convênio CEAL X CODEVASF X CHESF	(28.636)	(27.606)	(1.030)	(455)	(1.132)	(544)
Pessoal cedido a empresa	106	104	-	-	-	-
Pessoal cedido a CEAL	(239)	(349)	(294)	(294)	(220)	(172)
	<b>(32.174)</b>	<b>(31.325)</b>	<b>(20.545)</b>	<b>(10.099)</b>	<b>(21.934)</b>	<b>(11.097)</b>
<b>FURNAS</b>						
Contrato de cotas de garantia física	(1.103)	(1.282)	(6.984)	(3.527)	(5.884)	(2.904)
Suprimento de energia	(22.098)	(11.067)	(34.851)	(16.904)	(32.006)	(15.359)
Renegociação de dívida	-	(604)	-	-	(450)	-
Encargos de uso do sistema	(263)	(208)	(1.170)	(633)	(1.154)	(572)
	<b>(23.464)</b>	<b>(13.161)</b>	<b>(43.005)</b>	<b>(21.064)</b>	<b>(39.494)</b>	<b>(18.835)</b>
<b>ELETOBRAS ELETRONUCLEAR</b>						
Suprimento de energia	(1.980)	(1.694)	(12.615)	(6.308)	(10.797)	(5.403)
<b>CGTEE</b>						
Suprimento de energia	(10)	(191)	(63)	(30)	(502)	(277)
<b>ELETRONORTE</b>						
Suprimento de energia	(13.726)	(6.874)	(21.791)	(10.596)	(20.550)	(9.929)
Encargos de uso do sistema	(184)	(164)	(864)	(441)	(1.055)	(522)
	<b>(13.910)</b>	<b>(7.038)</b>	<b>(22.655)</b>	<b>(11.037)</b>	<b>(21.605)</b>	<b>(10.451)</b>
<b>ELETROSUL</b>						
Suprimento de energia	(572)	(145)	(791)	(385)	(590)	(284)
Encargos de uso do sistema	(219)	(171)	(973)	(522)	(1.135)	(563)
	<b>(791)</b>	<b>(316)</b>	<b>(1.764)</b>	<b>(907)</b>	<b>(1.725)</b>	<b>(847)</b>
<b>AMAZONAS GT</b>						
Pessoal cedido a empresa	(118)	-	(147)	(147)	-	-
<b>AMAZONAS ENERGIA</b>						
Rateio/Consultoria	(83)	(255)	-	-	(78)	(15)
Empréstimo de curto prazo	-	-	-	-	(236)	(236)
Pessoal cedido a empresa	(198)	(169)	(233)	(233)	(118)	(118)
	<b>(281)</b>	<b>(424)</b>	<b>(233)</b>	<b>(233)</b>	<b>(432)</b>	<b>(369)</b>
<b>BOA VISTA ENERGIA</b>						
Pessoal cedido a empresa	(23)	(113)	(23)	(23)	(116)	(70)
<b>DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ</b>						
Pessoal cedido à ED PIAUÍ	172	197	-	-	-	-
<b>ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ACRE</b>						
Compartilhamento de despesas	(205)	(168)	(109)	(109)	-	-
<b>CENTRAIS ELÉTRICA RONDÔNIA</b>						
	-	(36)	-	-	-	-
<b>FACEAL</b>						
Dívida consolidada	-	-	-	-	(449)	(148)
Benefício pós emprego	(2.780)	(4.779)	(690)	(304)	(915)	(485)
Outros	(1.023)	(1.775)	(2.402)	(1.117)	(2.244)	(1.194)
	<b>(3.803)</b>	<b>(6.554)</b>	<b>(3.092)</b>	<b>(1.421)</b>	<b>(3.608)</b>	<b>(1.827)</b>
	<b>(1.343.217)</b>	<b>(1.267.728)</b>	<b>(211.573)</b>	<b>(105.518)</b>	<b>(173.721)</b>	<b>(82.945)</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Órgãos federais

	<b>Órgãos federais</b>			
	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
RESULTADO				
Outras receitas	9.807	5.579	10.543	6.702
	<b>9.807</b>	<b>5.579</b>	<b>10.543</b>	<b>6.702</b>

(c) Remuneração do pessoal chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros. A remuneração referente a honorários e encargos pagos ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<b>01.01.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.04.2016 a 30.06.2016</b>	<b>01.01.2015 a 30.06.2015</b>	<b>01.04.2015 a 30.06.2015</b>
Honorários de conselheiros	256	136	267	267
Encargos sociais	51	27	53	53
	<b>307</b>	<b>163</b>	<b>320</b>	<b>320</b>

## 27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 27.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juros.

#### **Risco de crédito**

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. Cobrança judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Abaixo, posição da conta de fornecedores, encargos setoriais e financiamentos e empréstimos:

<b>Em 30 de junho de 2016</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Financiamentos e empréstimos	350.369	412.602	489.161
Obrigações de ressarcimento	62.229	-	-
Fornecedores	255.207	-	-
	<b>667.805</b>	<b>412.602</b>	<b>489.161</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>			
Financiamentos e empréstimos	310.110	399.930	464.400
Obrigações de ressarcimento	77.153	2.775	-
Fornecedores	239.745	-	-
<b>Total</b>	<b>627.008</b>	<b>402.705</b>	<b>464.400</b>

### **Risco de taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobrás, a juros fixos.

### **Instrumentos financeiros por categoria**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	38.858	31.486
Clientes	570.338	555.188
Direito de ressarcimento	24.280	25.136
Ativo financeiro - concessões de serviço público	755.342	732.843
Ativos regulatórios	213.244	251.140
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	20.098	15.399
Títulos e valores mobiliários	8.202	10.652
	<b>1.630.362</b>	<b>1.621.844</b>
<b>Passivo financeiro (Circulante/não circulante)</b>		
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Financiamentos e empréstimos	(1.214.596)	(1.174.441)
Passivos regulatórios	(128.063)	(140.385)
Fornecedores	(235.842)	(239.745)
	<b>(1.578.501)</b>	<b>(1.554.571)</b>

**A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

- Ativos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:
  - (a) Caixa e equivalentes de caixa – mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado;
  - (b) Clientes – são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos;
  - (c) Ativos financeiros da concessão – são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.
- Passivos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:
  - (a) Fornecedores – são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo;
  - (b) Financiamentos e empréstimos – são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto as instituições financeiras, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27.2 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado, mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>2016</b>	
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	796.841
Ativos regulatórios	-	158.453
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	20.098	-
Títulos e valores mobiliários	8.202	-
	<b>28.300</b>	<b>955.294</b>

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>2015</b>	
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	732.843
Ativos regulatórios	-	251.140
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	8.436	-
Títulos e valores mobiliários	14.669	-
	<b>23.105</b>	-

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

## 27.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia analisou os seus instrumentos financeiros ativos e passivo para identificar os instrumentos que possuem riscos significativos. Onde dos instrumentos financeiros identificados foram avaliados conforme abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras – As aplicações financeiras que a Companhia possui são aplicações de liquidez imediata de baixo risco, não representando risco significativo para a Companhia, assim com base no CPC 40.42, não foram realizadas análises de sensibilidade.

Financiamentos e Empréstimos financiados pelo Fundo RGR – A Companhia não submeteu à análise de sensibilidade para o montante constante na nota 15, correspondentes aos financiamentos custeados pelo Fundo RGR, tendo em vista que as taxas inerentes à atualização dos mesmos são fixas, não sendo portanto, influenciadas por risco de variação cambial e oscilação de taxas de inflação oficiais, se enquadrando no que diz o CPC 40.41 para itens que não forem representativos do risco.

Financiamentos e Empréstimos indexados por INPC, FINEL, SELIC e DÓLAR – A Companhia realizou a análise de sensibilidade no montante devido no final do período, com base no indicador esperado para o ano de 2015, submetendo-os a uma variação de alta de 25% e 50%, o que apresenta abaixo qual seria este impacto no montante em 31 de março de 2016 se tal alta ocorresse:

Instrumentos Financeiros	Valor 30/06/2016	Provável 2016 (% a.a)	Índice (%)		Valor	
			Cenário I (- 25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (- 50%)
Financiamento e empréstimos						
INPC	-	0	-	-	-	-
FINEL	1.938	1,16	0,87	0,58	1.955	1.949
SELIC/RO	1.152.117	21,46	16,10	10,73	1.337.550	1.275.739
DÓLAR	1.526	(7,93)	5,95	3,97	1.435	1.465
	<u>1.155.581</u>				<u>1.340.940</u>	<u>1.279.154</u>

## 28 EVENTOS SUBSEQUENTES

### 28.1 REPROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO E DEVOLUÇÃO A QUALQUER TEMPO DAS CONCESSÕES E TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Em 25 de julho de 2016, na 165ª Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a não prorrogação e devolução a qualquer tempo das concessões e transferência do controle acionário das controladas até 31 de dezembro de 2017 das distribuidoras de Energia da Eletrobras, conforme Medida Provisória 735, de 22 de junho de 2016.

A Eletrobras também resolveu que as distribuidoras que não tiveram suas concessões prorrogadas, deverão se houver a concordância do Poder Concedente, permanecer como responsáveis pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seus controles acionários, nos termos da Medida Provisória 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Em 3 de agosto de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou as Portarias no 424 designando a Companhia como responsável pela prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica com vistas a garantir a continuidade do serviço. Conforme descrito na Portaria o reajuste tarifário ocorrerá de modo ordinário com periodicidade anual, a partir de 1 de setembro de 2016, exceto nos anos em que ocorra a revisão tarifária que será procedida em 31 de agosto de 2017.

### 28.2 BLOQUEIO JUDICIAL DE RECURSOS

Em julho de 2016 houve bloqueio judicial no valor de R\$ 26.108 nas contas bancárias da Companhia no Banco do Brasil e na Caixa Econômica em razão de pedido de execução provisória referente ao processo nº 0034581-95.2009.8.02.0001 movido pela Resulta Investimentos Ltda. O processo em questão teve decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis à esta concessionária, estando pendente de julgamento de recurso que pretende levar a matéria para discussão e reversão no Superior Tribunal de Justiça. Em 2 de agosto de 2016 o magistrado que atuou no processo decidiu pela liberação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(desbloqueio) no montante de R\$ 12.893 em favor da concessionária e de R\$ 13.215 em favor da autora e de seu advogado mediante a apresentação de bem imóvel em garantia de devolução dos valores recebidos provisoriamente em caso de eventual reversão do processo.

**Maceió, 30 de junho de 2016**

**Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti**  
Diretor-Presidente

**Paulo Roberto dos Santos Silveira**  
Diretor Financeiro

**Luís Hiroshi Sakamoto**  
Diretor de Gestão

**Pedro Mateus de Oliveira**  
Diretor de Planejamento e Expansão

**Nelisson Sergio Hoewell**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

**Luiz Armando Crestana**  
Diretor Comercial

**Maria dos Prazeres L. P. Moreira**  
Departamento de Contabilidade  
2.731/AL